



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



**Exmo. Senhor  
Joecir Bernardi  
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco**

O vereador infra-assinado, **Ronalce Moacir Dalchiavan - PP**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto plenário e solicita o apoio dos nobres pares para a aprovação do seguinte Projeto:

Projeto de Lei nº 57/2018

Dispõe sobre a aplicação de sanções à pessoa que urinar em vias ou logradouros públicos no Município de Pato Branco e dá outras providências.

**Art. 1º** Fica sujeita à multa de 5 (cinco) Unidades Fiscais do Município (UFM) a pessoa que urinar em vias ou logradouros públicos.

**Art. 2º** O Poder Executivo deverá promover campanhas preventivas de conscientização visando à adesão da população aos termos desta lei, em especial, quando houver a realização de grandes eventos no município.

**Art. 3º** Os valores arrecadados com as multas previstas no art. 1º serão destinados à Secretaria de Meio Ambiente, para a manutenção e limpeza das vias públicas.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 5º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

**Art. 6º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 16 de março de 2018.

**RONALCE MOACIR DALCHIAVAN – PP**  
Proponente

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
Protocolo Geral  
16-Mar-2018 11:40-03256-1/1



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

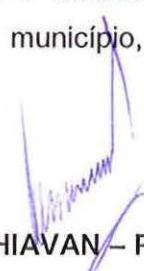


## **Justificativa**

Pato Branco, além de ser a capital do Sudoeste do Paraná, é cidade referência no Estado devido aos diversos eventos de grande porte que realiza, como a abertura do Natal, a Páscoa, o Passeio Ciclístico, entre outros. Sendo manifesta sua vocação para abrigar grandes eventos que atraem habitantes e turistas a se apropriarem cada vez mais dos espaços públicos, torna-se necessária a prevenção contra os atos que depredam o patrimônio público e prejudicam o bem estar de todos.

A presente propositura tem então, por objetivo, coibir a prática tão comum quanto indesejável e repreensível da micção em vias e logradouros públicos, gerando incômodo aos munícipes e afetando o bem-estar de moradores e comerciantes dos locais diretamente envolvidos nos grandes eventos proporcionados pelo município. Mais do que prever sanções, pretende-se com este projeto munir o Poder Público de um instrumento de atuação muito mais poderoso, o de conscientização, fazendo com que a população entenda, de fato, a necessidade do respeito à civilidade e convivência social harmônica. Ao mesmo tempo, obriga o município a melhor planejar e organizar seus próprios eventos, servindo de exemplo às iniciativas do setor privado.

Insta mencionar que essa importante propositura não se caracteriza como novidade no cenário jurídico nacional, podendo ser citadas, como paradigma, as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Pelos motivos expostos, conclui-se que a aprovação do Projeto ora apresentado é medida que contribuirá para a utilização consciente dos espaços públicos do município, de forma ordenada e civilizada, em benefício de todos.

  
**RONALCE MOACIR DALCHIAVAN – PP**  
**Proponente**

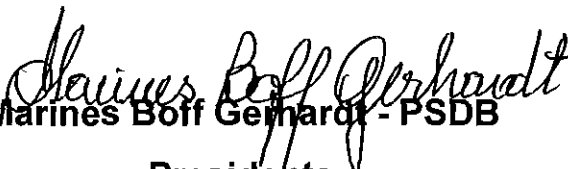


*Câmara Municipal de Pato Branco*  
Estado do Paraná

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o projeto de lei nº 57/2018.

Pato Branco, 19/03/2018.

  
Marinel Boff Gerhardt - PSDB  
Presidente



# Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



**Projeto de Lei nº 57/2018**

**Autoria:** Ronalce Moacir Dalchiavan (PP)

## PARECER JURÍDICO

O insigne vereador Ronalce Moacir Dalchiavan (PP) apresentou o projeto de lei em epígrafe numerado, que *dispõe sobre a aplicação de sanções à pessoa que urinar em vias ou logradouros públicos no Município de Pato Branco*.

Fundamenta, em justificativa, que o Município de Pato Branco, por ser cidade referência no recebimento de grandes eventos regionais, necessita de legislação para coibir o ato de urinar em vias públicas, prevendo multas para tal prática.

É o breve resumo. Passa-se, adiante, às razões do presente parecer.

Conforme pesquisa legislativa realizada, salvo melhor juízo, não encontramos legislação municipal que contemple que a prática de urinar em vias públicas seja passível de multa.

Sabe-se que somente pelos bons costumes inerentes a um ser humano minimamente civilizado, a prática de urinar em via públicas estaria proibida e banida qualquer possibilidade de sua ocorrência.

Contudo, infelizmente, deparamo-nos corriqueiramente com esta repulsiva ação, mormente em festas de grande aglomerado e com a venda de bebidas alcoólicas. Em pleno século XXI ainda existe isto, pasmem!

Inobstante, a matéria pode ser encarada como sendo de interesse local, dentro da abrangência municipal, conforme permissivo constitucional estampado no art. 30, I, da Constituição Federal.

Neste sentido, ensina Alexandre de Moraes que "*Apesar de difícil conceituação, interesse local refere-se aos interesses que disserem respeito mais*



# Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



*diretamente às necessidades imediatas do município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estados) ou geral (União)".<sup>1</sup>*

Não nos cabe interferir da decisão de mérito, cuja titularidade pertence exclusivamente aos vereadores quando da discussão e deliberação em Plenário.

Antes, contudo, prudente seria oficial o Executivo Municipal, para que, através do órgão competente, manifeste-se a respeito da aplicabilidade do objeto do presente projeto de lei, especialmente no que diz respeito à sua efetiva fiscalização.

No mais, sem delongas, opinamos por exarar parecer favorável à normal tramitação regimental da matéria.

É o parecer, em duas laudas.

Pato Branco, 10 de abril de 2018.

Luciano Beltrame  
Procurador Legislativo

José Renato Monteiro do Rosário  
Assessor Jurídico

<sup>1</sup> MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e legislação constitucional**. 8ª Ed. São Paulo, Atlas, 2001. P. 685.





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

GABINETE DO VEREADOR MOACIR GREGOLIN – PMDB



Exmo. Senhor  
**Joecir Bernardi**  
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco



Requerem seja enviado ao Executivo Municipal, Projeto de Lei **57/2018** para parecer técnico.

Os vereadores infra-assinados, membros da Comissão de Justiça e Redação, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando ao departamento competente, que emita parecer quanto a aplicabilidade do referido Projeto de Lei.

Justifica-se o pedido tendo em vista que o Projeto tramita nesta Comissão para futuro parecer quanto a matéria.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 16 de Abril de 2018.

Ronalce Moacir Dalchiavan- PP

Membro

Moacir Gregolin – MDB  
Membro- Relator

Marinês Boff Gerhardt-- PSDB

Presidente

Carlinho Antonio Polazzo- PROS

Membro

Rodrigo José Correia - PSC

Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
PROJ. DE LEI Nº 57/2018  
16-4br-2018-10:45-032601-1/1



## *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

### **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o projeto de Lei nº 57/2018 (RETORNO).

Pato Branco, 10/04/2018.

  
**Marínes Boff Gerhardt - PSDB**  
**Presidente**



MUNICÍPIO DE  
**PATO BRANCO**

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

Ofício nº 22/2018/DA

Pato Branco, 23 de abril de 2018.

Marcelo  
CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
-23-Abr-2018-10:48-032678-1/2

Senhor Presidente,

Informamos aos ilustres vereadores, *resposta do item 12* do Ofício nº 215/2018-DL, de 16 de abril de 2018:

12. Dos vereadores Carlinho Antonio Polazzo - PROS, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Moacir Gregolin - MDB, Rodrigo José Correia - PSC e Ronalce Moacir Dalchiavan - PP, membros da Comissão de Justiça e Redação, solicitando que seja analisado e posteriormente encaminhado a esta Casa de Leis parecer técnico relativo ao Projeto de Lei nº 57/2018, de autoria do vereador Ronalce Moacir Dalchiavan - PP, que dispõe sobre a aplicação de sanções à pessoa que urinar em vias ou logradouros públicos no Município de Pato Branco, mais precisamente quanto à aplicabilidade do referido projeto. A solicitação se faz para que posteriormente os membros da Comissão de Justiça e Redação possam emitir parecer sobre a matéria.

**Resposta:** Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

Respeitosamente,

  
CLEVERSON MALAGI  
Diretor do Departamento de Administração

A Sua Excelência o Senhor  
JOECIR BERBARDI  
Presidente da Câmara Municipal  
Pato Branco - PR



MEMO N.º 079/2018 - SMMA

Pato Branco, 19 de abril de 2018.

De: Nelson Bertani - Secretaria de Meio Ambiente.

Para: Assessoria de Gabinete

Assunto: Resposta aos projetos de Lei 57/2018 - Câmara de Vereadores

Em atendimento ao Projeto de Lei nº 57/2018, que dispõe sobre a aplicação de sanções à pessoa que urinar em vias ou logradouros públicos no Município de Pato Branco, nos manifestamos que:

1. Tendo em vista que tal infração de ordem moral e comportamental já é objeto previsto em outros instrumentos já disciplinados pelo Município, com o Código de Posturas;
2. Considerando ainda que para a realização de grandes eventos em locais que não comportam infraestrutura de banheiros fixos, que já é condicionado na anuência dessa Secretaria de Meio Ambiente a obrigatoriedade da instalação e manutenção de banheiros químicos nesses locais;
3. Considerando que a promoção de campanhas de prevenção e de conscientização visando à adesão da população às boas práticas e regras comportamentais nesse sentido, que essa necessidade já vem sendo cumprida através das ações de educação ambiental promovidas por essa Secretaria de Meio Ambiente juntamente com a Secretaria de Educação;
4. Considerando que os apontamentos apresentados objetivam atender aos mesmos objetivos, manifestamos **parecer contrário** dessa Secretaria de Meio Ambiente ao presente projeto de Lei.

Atenciosamente

  
Nelson Bertani  
Secretário Municipal de Meio Ambiente

**Município de Pato Branco**  
**Antonio Cezar Soares**  
Chefe da Divisão de Políticas  
Ambientais  
Portaria n.º 128/2018



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

### **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 57/2018**

**Autor:** Ronalce Moacir Dalchiavan - PP.

**Relator:** Moacir Gregolin - MDB

**Entrada na Comissão:** 19/03/2018

**Súmula:** Dispõe sobre a aplicação de sanções à pessoa que urinar em vias ou logradouros públicos no Município de Pato Branco e dá outras providências.

### **ANÁLISE**

O Vereador : Ronalce Moacir Dalchiavan - PP , justifica a proposição alegando que a mesma tem carácter educativo e também de bem estar das pessoas que utilizam nossos espaços públicos.

### **VOTO DO RELATOR**


Após análise do projeto, e entendendo ser de interesse público e estando dentro da legalidade, optamos por exarar **PARECER FAVORÁVEL**, à sua tramitação e aprovação por esta Casa de Leis.

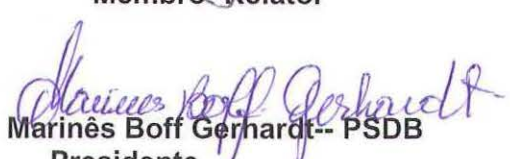
É o nosso parecer.

Pato Branco, 02 de maio de 2018.

  
**Ronalce Moacir Dalchiavan- PP**  
Membro

  
**Carlinho Antonio Polazzo- PROS**  
Membro

  
**Moacir Gregolin - MDB**  
Membro- Relator

  
**Marinês Boff Gerhardt-- PSDB**  
Presidente

  
**Rodrigo José Correia - PSC**  
Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
Protocolo Geral -02-Mai-2018-16:19-0327/1-1/1



## *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

### **COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o projeto de Lei nº 57/2018.

Pato Branco, 03/05/2017

**Fabricio Preis de Mello - PSD**

**Presidente**



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



## **GABINETE DO VEREADOR VILMAR MACCARI – PDT**

Excelentíssimo Senhor

**Joecir Bernardi**

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco



Requer seja oficiada a **Vigilância Sanitária de Pato Branco**, enviando cópia do Projeto de Lei nº 57/2018 para emissão de parecer.


Os vereadores **Fabricio Preis de Mello – PSD, Moacir Gregolin – MDB e Vilmar Maccari – PDT**, membros da Comissão de Políticas Públicas, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja oficiada a **Vigilância Sanitária de Pato Branco**, encaminhando cópia do **Projeto de Lei nº 57/2018**, de autoria do vereador Ronalce Moacir Dalchiavan - PP, que dispõe sobre a aplicação de sanções à que urinar em vias ou logradouros públicos no Município de Pato Branco e dá outras providências, solicitando que analise esse Projeto de Lei e posteriormente encaminhe a esta Casa de Leis parecer sobre a matéria.

Justificamos o pedido para que os membros da Comissão de Políticas Públicas possam emitir parecer.

Nestes termos, pedem deferimento.  
Pato Branco, 07 de maio de 2018.

  
**Fabricio Preis de Mello**  
Vereador – PSD

  
**Moacir Gregolin**  
Vereador - MDB

  
**Vilmar Maccari**  
Vereador - PDT



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
Arquivo Geral  
-07-Mai-2018-09:37-032786-1/1





MUNICÍPIO DE  
**PATO BRANCO**

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

Ofício nº 25/2018/DA

Pato Branco, 8 de maio de 2018.

Senhor Presidente,

Informamos aos ilustres vereadores respostas relativas ao Ofício nº 215/2018-DL, de 19 de abril de 2018:

1. Do vereador **Fabricio Preis de Mello - PSD** solicitando informar esta Casa de Leis com relação aos casos registrados de *Cinomose* canina, quais os bairros com maior incidência desta Patologia, bem como informar se o município tem feito alguma ação para reduzir o número de incidências da doença. A solicitação justifica-se, tendo em vista o crescente surto desta doença, segundo as ONGs e protetoras de animais independentes.

**Resposta:** Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

2. Do vereador **Fabricio Preis de Mello - PSD** solicitando que através do departamento competente, providencie a instalação de dois postes de iluminação na via Gelmino Martignone, entre as vias CelitoGiacomel e Natal Mazuco. A solicitação justifica-se, tendo em vista que o local é muito escuro e oferece riscos aos transeuntes.

**Resposta:** Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

3. Do vereador **Joecir Bernardi - SD** solicitando que através do departamento competente (tendo como base requerimento de 12 de maio de 2017), analise a possibilidade da inclusão das Comunidades Fazenda da Barra e Três Pontes, para que sejam contempladas com a distribuição da água do poço artesiano da Comunidade de Linha Damasceno. Neste caso, solicitamos informar a data de início das obras, considerando que já foi disponibilizado recurso para determinado fim.

**Resposta:** Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

A Sua Excelência o Senhor  
JOECIR BERNARDI  
Presidente da Câmara Municipal  
Pato Branco – PR

DL nº 57/2018





4. Do vereador **Joecir Bernardi - SD**, atendendo pedido da comunidade, solicitando que através do departamento competente, providencie com urgência os serviços com rolo compactador no calçamento na Comunidade de Linha Chioquetta, uma vez que um trecho da estrada foi utilizado como desvio para a realização do asfalto, tendo ficado muito danificado. Solicita ainda o vereador proponente, que providencie o conserto do bueiro próximo ao ponto de ônibus escolar, local onde os motoristas realizam manobras correndo o risco de acidentes.

**Resposta:** Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

5. Do vereador **José Gilson Feitosa da Silva - PT** solicitando que através do departamento competente, providencie a elaboração de projeto para instalação de iluminação pública e construção de calçadas na Rua Irineu Parzianello. O pedido justifica-se devido a demanda da comunidade, que relata o perigo de transitar pela via de rolamento já que não tem calçadas adequadas, além da falta de iluminação, propícia para a ocorrência de delitos, conforme e-mail **anexo**.

**Resposta:** Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

6. Do vereador **José Gilson Feitosa da Silva - PT** solicitando que através do departamento competente, providencie a implantação de redutor de velocidade na Rua Itabira, próximo a Rua Monteiro Lobato. O pedido justifica-se devido a demanda de moradores da região, visando a segurança dos pedestres e também afim de evitar acidentes automobilísticos. Para mostrar a adesão da comunidade, foi elaborado abaixo-assinado (**anexo**) demonstrando a importância da implantação do redutor de velocidade o mais breve possível.

**Resposta:** Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

7. Do vereador **Moacir Gregolin - PMDB** solicitando que através do departamento competente, providencie, com urgência, a readequação do acesso ao CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil), no Bairro São João. Justificamos o pedido tendo em vista que o acesso ao CMEI encontra-se em péssimas condições.

**Resposta:** Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

8. Do vereador **Moacir Gregolin - PMDB**, reiterando pedidos anteriores, solicitando que através do departamento competente, providencie com urgência a execução de melhorias nas vias que ligam o Bairro Fraron às universidades, resolvendo problemas pontuais como falta de iluminação pública e edificação de calçadas para pedestres. Justificamos o pedido tendo em vista que nesta importante região, os sistemas de iluminação pública e de acessibilidade para pedestres está longe de ser o adequado, trazendo insegurança para muitos usuários que utilizam principalmente as Ruas Irineu Parzianello e José Fraron para se dirigirem as instituições de ensino instaladas nessa região, bem como os moradores dos entornos.

**Resposta:** Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

9. Do vereador **Ronalce Moacir Dalchiavan - PP** solicitando que através do departamento competente, providencie o recapeamento asfáltico na Rua Londrina, Bairro Cristo Rei. A solicitação se faz mediante a necessidade de manutenção no asfalto desta via, pois após visita *in loco* verificamos o péssimo estado deste trecho que tem impedido a trafegabilidade em segurança dos motoristas e pedestres.

**Resposta:** Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.



10. Dos vereadores **Joecir Bernardi – SD e Rodrigo José Correia - PSC**, atendendo pedido da comunidade, solicitando que através do departamento competente, providencie com urgência o reparo na ponte localizada na comunidade de Independência, próximo a Serraria. A referida ponte encontra-se em péssimas condições, necessitando com urgência de reparos, caso contrário poderá provocar sérios acidentes, conforme **fotos**:

**Resposta:** Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

11. Dos vereadores **Rodrigo José Correia – PSC e Ronalce Moacir Dalchiavan - PP** solicitando que através do departamento competente (Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos), sejam enviadas a esta Casa de Leis informações sobre a obra paralisada no Bairro Parque do Som, próximo ao CMEI. Justificamos o pedido, para melhor entender sobre o que se trata a referida obra, quando foram iniciados os trabalhos e os motivos pelos quais a obra está paralisada há tanto tempo. Ver **fotos**:

**Resposta:** Efetuada pela Secretaria responsável pela Pasta, de acordo com o documento anexo.

12. Dos vereadores **Carlinho Antonio Polazzo - PROS, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Moacir Gregolin – MDB, Rodrigo José Correia – PSC e Ronalce Moacir Dalchiavan - PP**, membros da Comissão de Justiça e Redação, solicitando que seja analisado e posteriormente encaminhado a esta Casa de Leis parecer técnico relativo ao **Projeto de Lei nº 57/2018**, de autoria do vereador Ronalce Moacir Dalchiavan – PP, que dispõe sobre a aplicação de sanções à pessoa que urinar em vias ou logradouros públicos no Município de Pato Branco, mais precisamente quanto à aplicabilidade do referido projeto. A solicitação se faz para que posteriormente os membros da Comissão de Justiça e Redação possam emitir parecer sobre a matéria.

- **Resposta efetuada através do Ofício nº 22/2018/DA, de 23 de abril de 2018.**

Respeitosamente,

CLEVERSON MALAGI

Diretor do Departamento de Administração







# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

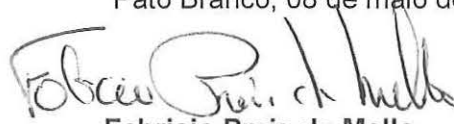
## ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aos 08 (oito) dias do mês de maio do ano de 2018, às 16h, reuniram-se os membros da Comissão de Políticas Públicas, os vereadores **Moacir Gregolin (Membro)**, **Fabricio Preis de Mello (Presidente)** e **Vilmar Maccari (Membro)** para deliberarem sobre os projetos de competência desta comissão e o assessor parlamentar **Leandro Gustavo Lamp** para secretariar a reunião. O Presidente da Comissão de Políticas Públicas, Fabricio Preis de Mello abriu a presente reunião cumprimentando a todos e em seguida foi explanado sobre o **Projeto de Lei Nº 69/2018**, "Institui no Município de Pato Branco a Campanha de Prevenção aos Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais denominada "Abril Verde" e dá outras providências", de relatoria do vereador Vilmar Maccari, os pares deliberaram pelo **Parecer Favorável** a regular tramitação da matéria. O **Projeto de Lei Nº 72/2018**, "Assegura ao aluno portador de deficiência locomotora permanente, prioridade na matrícula em escola pública municipal mais próxima de sua residência e dá outras providências", de relatoria do vereador Vilmar Maccari, os membros da comissão deliberaram pelo **Parecer Favorável** a regular tramitação da matéria. O **Projeto de Lei Nº 142/2017** "Dispõe sobre a implantação da Zona Central de Tráfego (ZCT) no Município de Pato Branco; delimita restrições de circulação de veículos automotores pesados por área; disciplina critérios para operações de carga e descarga e dá outras providências", de relatoria do vereador Fabricio, o mesmo deliberou juntamente com o vereador Vilmar Maccari pelo **Parecer Contrário** a tramitação da matéria, assinou contra o parecer, o vereador Moacir Gregolin. O **Projeto de Lei Nº 66/2018**, "Dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação e revoga a Lei nº 2829, de 03 de setembro de 2007", de relatoria do vereador Fabricio Preis de Mello, os pares exararam **Parecer Favorável** a regular tramitação da matéria. O **Projeto de Lei Nº 80/2018**, "Autoriza o Chefe do Poder Executivo a celebrar Termo de Cessão de Uso Gratuito de Bem Municipal, com o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e Previdência SEAP", de relatoria do vereador Fabricio Preis de Mello, os vereadores deliberaram pelo **Parecer Favorável** a regular tramitação da matéria, que se encontra em regime de urgência. Os **Projetos de Lei nº 170/2017; 57/2018 e 63/2018**, matérias de relatoria do vereador Vilmar Maccari, aguardam manifestação técnica das secretarias competentes, para que o relator possa exarar parecer.

Nada mais havendo a ser tratado, lavramos à presente ata que após lida e aprovada foi assinada pelos de competência.

Pato Branco, 08 de maio de 2018.

  
**Moacir Gregolin**  
Membro

  
**Fabricio Preis de Mello**  
Presidente

  
**Vilmar Maccari**  
Membro

  
**Leandro Gustavo Lamp**  
Assessor Parlamentar



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Estado do Paraná



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATO BRANCO

OFÍCIO Nº. 362/2018/SMS

Pato Branco, 12 de junho de 2018.

**Assunto: Ofício 276/2018-DL**

*PL nº 57/2018.*

Prezado Senhor:

Em atenção ao Ofício supramencionado e ao Projeto de Lei que o acompanha, vimos por este encaminhar parecer que segue:

Veja-se que, em que pese a boa intenção em se legislar a respeito, há de se considerar, neste momento, sobre o aspecto prático de aplicação legislativa, posto que a Lei, em si, não coíbe a prática se não houver fiscalização efetiva – o que hoje parece inviável a este Departamento de Vigilância Sanitária.

Entendemos que seria pertinente, se esta Casa assim o entender, a realização de campanhas e a formatação de um projeto inicial de implantação de fiscalizações práticas destes comportamentos (culturais), o que seria muito mais efetivo que a edição de uma Lei por si. Ainda, importante se faz a oitiva da Secretaria de Meio Ambiente, sobre a possibilidade de realização destas práticas, posto já tão assoberbados com outras atribuições e a conhecida limitação de servidores para tantos compromissos.

É sabido que no nosso Estado de Direito só norma em si não é suficiente. Se não houver fiscal e educação, pode criar a melhor lei do mundo que servirá apenas para reafirmar o excesso legislativo, sem o retorno esperado.

É o parecer, em uma lauda, smj.

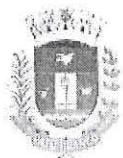
*Marcia Fernandes Carvalho*  
Marcia Fernandes Carvalho  
Secretária Municipal de Saúde

*Edínia Sandra Burile*  
Edínia Sandra Burile  
Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde

Exmo. Sr.  
**Joecir Bernardi**  
Presidente  
Câmara Municipal de Pato Branco – PR.  
Rua Ararigóia, 491, Centro.

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
Protocolo Geral  
-12-Jun-2018 16:02-033198-17





**COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

PARECER: **Projeto de Lei nº 57/2018**

**SÚMULA:** Dispõe sobre a aplicação de sanções à pessoa que urinar em vias ou logradouros públicos no Município de Pato Branco e dá outras providências.

**Autor: Vereador Ronalce Moacir Dalchiavan – PP.**

Pretende o autor do projeto de lei em tela, o **vereador Ronalce Moacir Dalchiavan – PP**, através desta proposição, dispor sobre a aplicação de sanções à pessoa que urinar em vias ou logradouros públicos no Município de Pato Branco e dá outras providências.

A intenção do legislador, conforme justificativa é, que o Município de Pato Branco, por ser cidade referência no recebimento de grandes eventos regionais, necessita de legislação para coibir o ato de urinar em vias públicas, prevendo multas para tal prática.

Sabe-se que somente pelos bons costumes inerentes a um ser humano minimamente civilizado, a prática de urinar em vias públicas estaria proibida e banida qualquer possibilidade de sua ocorrência.

Contudo, infelizmente, deparamo-nos corriqueiramente com esta repulsiva ação, mormente em festas de grande aglomerado e com a venda de bebidas alcoólicas.

Inobstante, a matéria pode ser encarada como sendo de interesse local, dentro da abrangência municipal, conforme permissivo constitucional estampado no art. 30, I, da Constituição Federal.


Considerando que a matéria tem interesse público optamos por exarar **PARECER FAVORÁVEL** à sua tramitação e aprovação.

Nestes termos, pedem deferimento.  
Pato Branco, 18 de junho de 2018.

  
**Fabricio Preis de Mello – PSD-**  
Presidente

  
**Moacir Gregolin - MDB**  
Membro

*continua ao parecer.*

  
**Vilmar Maccari – PDT**  
Membro - Relator







## *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o projeto de lei ne 57/2018.

Pato Branco, 19/06/2018.

  
**José Gilson Feitosa da Silva – PT**  
**Presidente**



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



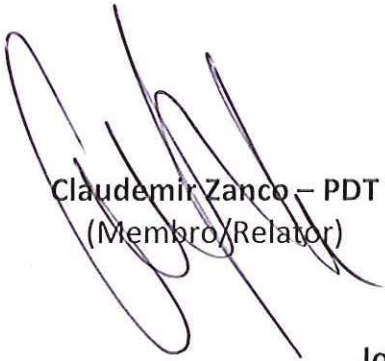
## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO Parecer ao Projeto de Lei nº 57/2018

Os membros da Comissão de Finanças e Orçamento se reuniram para analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 57/2018, de 16 de março de 2018 – Dispõe sobre a aplicação de sanções à pessoa que urinar em vias ou logradouros públicos no Município de Pato Branco e dá outras providências.


Fica sujeita à multa de 5 (cinco) Unidades Fiscais do Município (UFM) a pessoa que urinar em vias ou logradouros públicos - em especial, quando houver a realização de grandes eventos no município. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação).

Em relação à proposição em tela, verificando as informações que o referido Projeto de Lei visa estabelecer, não foi observada nenhuma ilegalidade. Após análise, emitimos **PARECER FAVORÁVEL**, à tramitação do presente ao Projeto de Lei.

É o parecer, Salvo Maior Juízo.  
Pato Branco, 12 de fevereiro de 2019.

  
Claudemir Zanco – PDT  
(Membro/Relator)

  
Rodrigo José Correia  
(Membro)

  
José Gilson Feitosa-PT  
(Presidente)

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
Protocolo Geral  
-19-Fev-2019-08:11-034761-1/1



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



Exmo. Sr.  
**Vilmar Maccari**  
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco


O vereador infra-assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, a seguinte EMENDA ao Projeto de Lei nº 57/2018, de 16 de março de 2018 – Dispõe sobre a aplicação de sanções à pessoa que urinar em vias ou logradouros públicos no Município de Pato Branco e dá outras providências.


## EMENDA MODIFICATIVA Nº 1:

Modifica a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 57/2018, passando a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 1º Fica sujeita à multa de 5 (cinco) Unidades Fiscais do Município (UFM) a pessoa que urinar em vias ou logradouros públicos, principalmente com a aglomeração de pessoas.”

Pato Branco, 12 de fevereiro de 2019.

  
Claudemir Zanco - PDT  
Membro/relator

  
José Gilson Feitosa - PT  
Presidente

  
Rodrigo José Correia - PSC  
Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR.  
Protocolo Geral - 19-fev-2019-08:11-034762-1/1





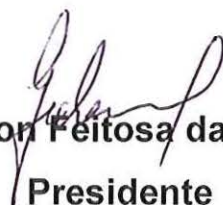
## *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de 57/2018.

Pato Branco, 06/02/2019.

  
José Gilson Feltosa da Silva – PT  
Presidente



21/05/2019

**Re: Projeto de Lei 57/2018**



Rozane (21 de maio de 2019 15:09)

Para: "aline barão" <aalinebarao@gmail.com>

Ok, obrigada.

21 de maio de 2019 15:04, "aline barão" <aalinebarao@gmail.com> escreveu:

Boa tarde. Estou aguardando orientações do Moacir... Ele já está ciente.

Assim que ele decidir sobre o arquivamento eu te aviso.

Obrigada!

Att,

Aline Barão

Assessora Parlamentar

Vereador Moacir Dalchiavan - PP

Câmara Municipal de Pato Branco/PR

Telefone (46) 3272 1526

Em ter, 21 de mai de 2019 às 14:57, Rozane <rozane@patobranco.pr.leg.br> escreveu:

Boa tarde,  
conforme a Fernanda me repassou,  
você ficaram de ver se irão arquivar este projeto,

**57/2018, de 16 de março de 2018** – Dispõe sobre a aplicação de sanções à pessoa que urinar em vias ou logradouros públicos no Município de Pato Branco e dá outras providências. (Fica sujeita à multa de 5 (cinco) Unidades Fiscais do Município (UFM) a pessoa que urinar em vias ou logradouros públicos - em especial, quando houver a realização de grandes eventos no município. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação) **Autor: Ronalce Moacir Dalchiavan – PP**





Ofício nº 1/2021/DL

Pato Branco, 5 de janeiro de 2021.

Senhores:

Encaminhamos, para conhecimento e providências, relação anexa, contendo as proposições não apreciadas na legislatura anterior (2017-2020).

- \* 2 Projetos de Lei Complementar;
- \* 2 Projetos de Resolução;
- \* 1 Proposta de Emenda à Lei Orgânica
- \* 50 Projetos de Lei Ordinária.

Referidas proposições deverão ser arquivadas, mediante determinação da Mesa Diretora, conforme inciso XII do art. 30 do Regimento Interno.

“Art. 30. Compete à Mesa da Câmara entre outras atribuições:

...

XII - determinar, no início da legislatura, o arquivamento de proposições não apreciadas na legislatura anterior.”

Atenciosamente.

**Eliana Scariot Amorim**  
Coordenadora do Departamento Legislativo

Senhor **Joecir Bernardi**  
Presidente da Mesa Diretora - Sessão Legislativa de 2021  
Câmara Municipal de Pato Branco - Paraná

Recebi em 05/01/21  
BRANDÃO  
1º SEC.  
Recebido 05/01/21  
THANIA  
2º SEC.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [legislativo@patobranco.pr.leg.br](mailto:legislativo@patobranco.pr.leg.br)





# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

GABINETE DO VEREADOR LINDOMAR BRANDÃO - DEM



**Eliana Scariot Amorim**  
Coordenadora do Departamento Legislativo


Ofício nº 1/2021/GLB

Pato Branco, 05 de janeiro de 2021.

Os vereadores membros da Mesa Diretora, abaixo assinados, em resposta ao Ofício nº 1/2021/DL, solicitam o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura 2017-2020, estando cientes dos dois Projetos de Lei Complementar, dois Projetos de Resolução, uma Proposta de Emenda a Lei Orgânica e cinquenta Projetos de Lei Ordinária.

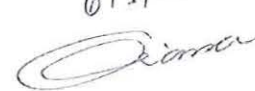
Sem mais para o momento, se protestos de elevada estima e consideração.

  
**Joedir Bernardi**  
Presidente

  
**Claudemir Zanco**  
Vice Presidente

  
**Lindomar Rodrigo Brandão**  
Primeiro Secretário

  
**Thania M. Caminski G.**  
Segundo Secretário

*Recebido em:*  
*6/1/2021*  






**PLO 57/2018 - Projeto de Lei Ordinária**

**Ementa:** Dispõe sobre a aplicação de sanções à pessoa que urinar em vias ou logradouros públicos no Município de Pato Branco e dá outras providências.

(Fica sujeita à multa de 5 (cinco) Unidades Fiscais do Município (UFM) a pessoa que urinar em vias ou logradouros públicos - em especial, quando houver a realização de grandes eventos no município. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação)

**Autor:** Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD

**Data de entrada:** 16 de março de 2018

**Leitura em Plenário:** 19 de março de 2018

**Comissão de Justiça e Redação**

**Distribuído em:** 19 de março de 2018

**Relator:** Moacir Gregolin – MDB

**Parecer Jurídico emitido em:** 10 de abril de 2018

**Data Anexação do Parecer Favorável:** 2 de maio de 2018

**Comissão de Políticas Públicas**

**Distribuído em:** 3 de maio de 2018

**Relator:** Vilmar Maccari - Podemos

**Data Anexação do Parecer Favorável:** 18 de junho de 2018

**Comissão de Orçamento e Finanças**

**Distribuído em:** 19 de junho de 2018

**Relator:** Claudemir Zanco - PL

**Redistribuído em:** 6 de fevereiro de 2019

**Relator:** Claudemir Zanco - PL

**Data Anexação do Parecer Favorável:** 19 de fevereiro de 2019

**PRIMEIRA VOTAÇÃO:** 18 de março de 2019 – **Retido de pauta** para melhor análise da matéria. Aprovada **emenda modificativa nº 1** (pág. 21).

**ARQUIVADO em:** 6 de janeiro de 2021, considerando a determinação da Mesa Diretora através do Ofício nº 1/2021, datado de 5 de janeiro de 2021, atendendo o disposto no inciso XII do art. 30 do Regimento Interno.

